

O discurso anticomunista católico: Uma análise do jornal cuiabano “A Cruz” entre os anos de 1930 e 1935

*Jéssica Fernanda da Silva Viana¹
Maria do Socorro de Sousa Araújo²*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar uma leitura do jornal “A Cruz” (Órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso) com propósito de apontar como o comunismo foi tratado por intelectuais e autoridades eclesiásticas desse periódico, que produziam notícias de caráter político-ideológico e alertavam seus leitores sobre as manifestações comunistas no estado de Mato Grosso e no País entre os anos de 1930 e 1935. Para o catolicismo, o comunismo era encarado como um inimigo perigoso que ameaçava a ordem social existente e a sobrevivência da religião, pois destruía os princípios religiosos e morais da Igreja Católica. O combate contra o comunismo foi pregado nas cartas pastorais, encíclicas e também ganhou força nos jornais, principalmente católicos. Em Mato Grosso, o jornal “A Cruz” produziu uma narrativa de desprezo e desqualificação, enfatizando que o comunismo era uma verdadeira balbúrdia, externando o quanto esse modelo político era condenado pela hierarquia eclesiástica católica. Nesse sentido, o jornal “A Cruz” foi um veículo estratégico utilizado pela Igreja Católica em Cuiabá-MT, para deslegitimar quaisquer ideias, princípios, posicionamentos que fossem contrárias às do catolicismo, especialmente de coloração comunista. E assim os periódicos tornaram-se um espaço de riqueza, usado pela hierarquia católica, para difundir a fé católica, seus costumes, combatia seus inimigos, informando e formando seus leitores.

Palavras-chave: Anticomunismo; Igreja Católica; Mato Grosso; Jornal “A Cruz”.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá/MT. Bolsista CNPq. E-mail: viana.jessica08@gmail.com.

² Doutora em História, docente do Programa de Pós-Graduação em História (PROFHISTÓRIA) e do Curso de Licenciatura em História, Campus Universitário Jane Vanini/UNEMAT/Cáceres-MT. E-mail: socorroaraujo@unemat.br

The Catholic anti-communist discourse: An analysis of the cuiabano newspaper “A Cruz” in the 1930s to 1935

Abstract: This article aims to present a reading of the newspaper “A Cruz” (Organ of the Brazilian Catholic Social League of Matto-Grosso) in order to point out how communism was treated by intellectuals and ecclesiastical authorities of this periodical, who produced political news -ideological and warned their readers about the communist demonstrations in the state of Mato Grosso and in the country between 1930 and 1935. For Catholicism, communism was seen as a dangerous enemy that threatened the existing social order and the survival of religion, for it destroyed the religious and moral principles of the Catholic Church. The fight against communism was preached in pastoral letters, encyclicals and also gained strength in newspapers, mainly Catholics. In Mato Grosso, the newspaper “A Cruz” produced a narrative of contempt and disqualification, emphasizing that communism was a real mess, expressing how much this political model was condemned by the Catholic ecclesiastical hierarchy. In this sense, the newspaper “A Cruz” was a strategic vehicle used by the Catholic Church in Cuiabá-MT, to delegitimize any ideas, principles, positions that were contrary to Catholicism, especially of a communist color. And so the periodicals became a space of wealth, used by the Catholic hierarchy, to spread the Catholic faith, its customs, it fought its enemies, informing and training its readers.

Keywords: Anti-communism; Catholic Church; Mato Grosso; Newspaper “A Cruz”.

Introdução

Nos últimos anos, especificamente no Brasil, podemos notar uma quantidade significativa de trabalhos de monografias, dissertações e teses que utilizaram o jornal como fonte documental da história. Entretanto, a autora Tânia Regina de Luca (2005) argumenta que, até o ano de 1970, havia uma relutância dos historiadores em utilizarem os jornais como fonte e objeto de estudo da história no Brasil, e acrescenta que as poucas pesquisas que analisavam jornais e revistas se dedicavam em explorar somente a “história da imprensa”. Contudo, esse cenário não foi uma particularidade do Brasil, mas estava em um contexto mais amplo, especificamente do “século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante” (LUCA, 2005, p. 112). Nessa perspectiva, “os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado”, posto que “forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (LUCA, 2005, p. 112).

Para a historiadora Maria Helena Capelato (1988), os historiadores brasileiros assumiram duas posições contraditórias com relação ao documento jornalístico: “o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade” (CAPELATO, 1988, p. 21). Entretanto, essa concepção passou a ser modificada no início do ano de 1930 com a chamada Escola dos *Annales*³ e com a possibilidade das novas visões e abordagens da historiografia francesa, as fontes impressas começaram a ganhar lugar e espaço nas pesquisas históricas, todavia, foi preciso um longo caminho até a compreensão dos periódicos enquanto fonte e objeto para produção do saber histórico.

Somente com a terceira geração dos *Annales* com o surgimento da Nova História,⁴ foi possível que os historiadores olhassem para a fonte jornalística com mais criticidade, visando explorar novas problemáticas, visões e abordagens. A imprensa jornalística passou a ter mais visibilidade, tornando possível ser “fonte de sua própria história e das situações mais diversas por meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nela encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (CAPELATO, 1988, p. 20).

Nessa ótica, a presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma leitura do jornal “A Cruz” (Órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso)⁵ com propósito de apontar como o comunismo foi tratado por intelectuais e autoridades eclesiásticas desse periódico,

³ A Escola dos *Annales* reunia um grupo de intelectuais franceses que se organizou em torno do periódico “*Annales d'histoire économique et sociale*” (Anais de história econômica e social), tendo Lucien Febvre e Marc Bloch como fundadores, em 1929. As publicações questionavam o positivismo histórico e apontavam como “novidade” uma historiografia que acolhia e incorporava novas fontes e novas abordagens à pesquisa histórica.

⁴ Nova história (“*Nouvelle histoire*”) é considerada uma corrente historiográfica dos anos de 1970 e corresponde à terceira geração dos *Annales* e destacou-se pela publicação da obra “*Fazer a História*” (em três volumes), organizada pelos historiadores franceses Jacques Le Goff e Pierre Nora.

⁵ O Jornal “A Cruz”, com ampla circulação entre 1910 e 1969, era um veículo de comunicação da *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*, sendo esta uma entidade de direito privado, constituída por intelectuais e autoridades católicas de destaque social e religiosa na sociedade mato-grossense, especialmente na capital, Cuiabá.

que produziam notícias de caráter político-ideológico e alertavam seus leitores sobre as manifestações comunistas no estado de Mato Grosso e no País entre os anos de 1930 e 1935. A metodologia utilizada é a análise das matérias publicadas no jornal “A Cruz”, focando no estudo dos conteúdos que tratavam de ações anticomunistas no período de 1930 a 1935. A busca pela fonte foi pela hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, espaço que tem um rico acervo disponível *on-line*.

Tendo em vista as novas concepções do uso da fonte jornalística, Luca (2008) também nos traz sugestões de como o historiador deve lidar com o material impresso e como analisar o conteúdo do material. Nesse sentido, Luca (2008) esclarece que:

O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias: trata-se, por exemplo, da seção “política nacional” ou da “policial”? (Já se mostrou como greves e movimentos sociais são sistematicamente alocados na última.) O assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte? Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (LUCA, 2008, p. 139-140).

Quando pensamos nessa pesquisa em trabalhar com o jornal “A Cruz” além dos caminhos apontados anteriormente pela pesquisadora Luca (2008), também consideramos relevante considerar o que ela nos diz sobre a importância do trabalho de pesquisa com periódicos:

Identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos. As redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas,

compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir a respeito da formação, estruturação e dinâmica deste. Nessa perspectiva, o sumário que se apresenta ao leitor resulta de “intensa atividade de bastidores”, cabendo ao pesquisador recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico. As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente. (LUCA, 2008, p. 140-141).

A partir disso, a utilização da imprensa periódica como fonte histórica poderá trazer algum resultado quando é feita a crítica documental. Cabe ao historiador fazer a análise do discurso, problematizando, indagando e identificando as narrativas dos acontecimentos, pois o documento vai está longe de vir “pronto”.

Tânia Regina de Luca (2008) afirma que existe uma variedade enorme da fonte imprensa e suas possibilidades de pesquisas são grandiosas. E por essa razão, ao trabalhar com as fontes de imprensa “não é viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que deem conta de tantas possibilidades. Entretanto, vale destacar alguns pontos muito gerais para quem deseja iniciar uma pesquisa nesse campo” (LUCA, 2008, p. 141). Segundo a sugestão da autora, a princípio:

Assim, o primeiro passo é localizar a fonte numa das instituições de pesquisa e averiguar as condições oferecidas para consulta. Há mesmo a possibilidade de se adquirir os microfilmes. A internet pode ser uma aliada importante nessa fase de busca. Mas vale o alerta: nem sempre os exemplares estão organizados ou microfilmados à espera do pesquisador. Pode-se enfrentar situações longe da ideal, com exemplares em péssimo estado de conservação. Outro problema é a obtenção de longas séries completas, o que muitas vezes exige a peregrinação por várias instituições em busca de exemplares. (LUCA, 2008, p. 141).

A autora ainda segue listando outros procedimentos que podem ser vistos como o primeiro passo, no entanto, como mesmo diz a historiadora não há uma fórmula pronta e esquematizada:

Nunca é demais lembrar que não há uma receita pronta a ser aplicada e que os esquemas, por mais abrangentes que sejam, têm utilidade muito limitada, como você vai perceber assim que folhear sua fonte. A partir deste ponto a aventura é sua: Encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série. Localizar a(s) publicação(ões) na história da imprensa. Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade). Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo. Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas

e funções cumpridas por ele na publicação. Caracterizar o grupo responsável pela publicação. Identificar os principais colaboradores. Identificar o público a que se destinava. Identificar as fontes de receita. Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida. (LUCA, 2008, p. 142).

É sabido que nenhum documento é neutro e imparcial, pois sempre traz consigo o parecer e a crença de quem a escreveu. A exemplo de um jornal, apesar de ser sua própria convicção e ponto de vista, ele escreve dentro de um contexto doutrinário, proposto para aquela situação, momento e local. É dessa maneira, compete ao historiador considerar todos os aspectos de uma fonte histórica, visualizando não somente o texto em si, mas o momento histórico, quando foi produzido, em quais condições foi executado, para quem foi direcionado e com quais objetivos. À vista disso, podemos afirmar que a fonte histórica passa a ser um documento histórico no ato da pesquisa, quando ela é problematizada, questionada e contextualizada sendo essa uma ferramenta indispensável ao ofício do historiador.

Além disso, é importante destacar que essa espécie de fonte não pode ser considerada como detentora da verdade e não “levar em consideração o interesse com o qual toda fonte é criada e que muitas vezes não é questionado, o motivo de sua criação e para quem foi criada” (LUZ, 2019, p. 6). É preciso sempre considerar que essa fonte passa por uma seleção “de interesse de quem a produz e para quem é produzida, e isso o professor pode trabalhar em sala ao analisar a fonte” (LUZ, 2019, p. 6).

Nesse sentido, analisando o jornal em uma perspectiva de debate, crítica, indagações e olhando a fonte como um problema, elas podem ser importantíssimas ferramentas de reflexão e criticidade. E assim, “esta visão da imprensa como um instrumento participativo no meio ao qual se insere, demonstra um grande campo a ser revisto e explorado pelos historiadores” (LEITE, 2015, p. 11).

O jornal cuiabano “A Cruz”

Em Cuiabá, no ano de 1910, foi criado o jornal “A Cruz” (Órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso) com grande circulação aos domingos na capital mato-grossense, chegando ao fim no ano de 1969. Sua criação partiu de duas situações: “a chegada dos salesianos a Mato Grosso, acompanhados de uma máquina tipográfica, na qual inicialmente era impresso o jornal” (ADÃO, 2020, p.63); e para confrontar os chamados livres-pensadores que fundaram, em 1909, o jornal A Reação que tinha uma orientação totalmente anticlericais. Contrariamente a este editorial, o jornal “A Cruz” combatia os anticlericais, o modernismo agnóstico, o laicismo, ateus, comunismo e pregava uma propaganda de cunho religioso. A utilização da imprensa católica em Mato Grosso seguiu com o intuito de elevar o número de clérigos que até então era bem reduzido e, para além disso, recristianizar a população. Diante desse cenário, o historiador Daniel Oliveira enfatiza que:

Dentro desse espaço de disputas no mercado de bens simbólicos, no qual cada grupo buscava impor suas convicções por meio da imprensa, é que surgiu o jornal A Cruz, tendo por missão defender e propagar o catolicismo em Cuiabá, buscando: construir uma opinião pública favorável à Igreja Católica e ao bispo D. Carlos; instruir, formar e mobilizar os católicos; atacar as religiões e ideologias contrárias ao catolicismo; e normatizar a conduta dos fiéis por meio de publicações de cartas pastorais, encíclicas papais e artigos relacionados à doutrina católica. (OLIVEIRA, 2016, p. 75).

O jornal “A Cruz” se constituiu como um jornal católico que tinha como missão difundir exemplos de boa conduta à população cuiabana. Assim, as publicações feitas no jornal “A Cruz” “divulgavam os princípios seculares do cristianismo” (CANOVA; OLIVEIRA, 2013, p. 118) e fazia oposição ao socialismo, anarquismo, comunismo, positivismo e outros. O editorial foi coordenado por autoridades eclesiásticas e intelectuais como: os arcebispos de Cuiabá Dom Carlos Luís D’Amour e o Dom Francisco de Aquino Corrêa, o franciscano Frei Ambrósio Daydé, o comendador José Barnabé de Mesquita, o desembargador João Carlos Pereira Leite, bem como políticos, advogados, eclesiásticos, intelectuais leigos que tinham destaque junto à Igreja.

Com a morte do arcebispo Dom Carlos Luís D’Amour no ano de 1921, o campo editorial do periódico sofreu mudanças, especialmente com a chegada do arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa. Assim, na concepção de Oliveira “a mudança influenciou o projeto editorial d’A Cruz, que diferentemente do que ocorria na década de 1910 evitou atacar diretamente autoridades políticas e religiosas de Cuiabá” (OLIVEIRA, 2016, p. 76). Tendo como base o projeto ultramontano, o Jornal continuou a afrontar a maçonaria, liberalismo, o laicismo, mas “com artigos que abordavam o assunto de forma ampla, evitando citar indivíduos de Cuiabá. Em suma, após a posse de D. Aquino, A Cruz tornou-se menos polêmico, mas continuou a ser combativo na defesa dos interesses da Igreja Católica” (OLIVEIRA, 2016, p. 77).

Os meios de comunicação, em especial os jornais, foram instrumentos importantíssimos para a Igreja Católica no sentido de alertar os seus fiéis do quanto os comunistas eram um mal para todo o País e um inimigo natural e que, só seria derrotado pela religião. Nessa perspectiva, o jornal “A Cruz” em uma publicação feita no ano de 1932 escrita pelo desembargador João Carlos Pereira Leite alertou seus leitores sobre o “bolchevismo ser um perigo eminente e temível para toda humanidade civilizada e que este monstro por fim de contas só pode ser vencido pela Religião. Deste modo é ao mesmo tempo aviso e conselho” (Jornal A Cruz, 1932, ed. 01040, p. 2-3).

Dessa forma, a imprensa se tornou um espaço rico tanto para a Igreja como para o Estado na “busca de legitimidade utilizando o ‘perigo vermelho’ como uma ameaça que lhes cabia enfrentar em nome da sociedade como um todo” (PEREIRA, 2009, p. 7). A Igreja Católica utiliza da difusão da imprensa católica como uma estratégia de reação às mudanças que a sociedade passava. E assim os jornais passaram a ser um veículo de informação e

pedagogização de opiniões usado pela hierarquia eclesiástica e pelos católicos em geral, com o intuito de difundir a fé católica, impor seus posicionamentos, seus costumes, postular seus direitos, combater seus inimigos, sempre informando e formando seus leitores.

O discurso anticomunista católico: análise das notícias do jornal “A Cruz”

Desde a segunda metade do século XIX, a Igreja Católica iniciou sua preocupação com o ideário comunista. O temor católico tomou forma mais expressiva a partir da experiência russa quando os bolcheviques tiveram maior repercussão. Naquele momento, o “comunismo deixaria de ser apenas um ideal político para se tornar a sua concretização real” (LEIRIAS, 2016, p. 23). Inicia-se todo um movimento católico a fim de combater essa ideologia que chegava para eliminar a influência religiosa, surgindo o discurso anticomunista com a expressão de medo com os avanços e desdobramentos da Revolução Russa (1917) que queriam confrontar os ideais conservadores. Na sua dissertação Leirias (2016) relata:

Portanto, o anticomunismo surgiria mais como a expressão do medo diante da possibilidade da expansão dos princípios pelo mundo e, ocasionando as ações dos líderes e das organizações políticas conservadoras que, teriam passado a articular medidas para barrar o movimento revolucionário que se confrontava os sistemas políticos vigentes na época, especialmente o capitalismo-liberal. (LEIRIAS, 2016, p. 23).

Spindel (1989, p. 4), na sua definição de comunismo, afirma que “foi um movimento que surgiu com a Revolução Russa e que espalha por todo o mundo, possuindo como base teórica marxismo-leninismo”. Em contrapartida surge o anticomunismo que “deveria ser entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas” (BONET, 2004, p. 34 *apud* CAVALCANTE NETO, 2013, p. 44). Assim, o discurso anticomunismo se expandiu e tomou uma proporção sociopolítica atingindo a todos e isso o fez assumir significados maiores do que uma simples oposição à ideologia comunista. E assim:

Do lado comunista, o Anticomunismo foi definido por alguns como ‘ideologia negativa’ (chamado, em termos polêmicos, Anticomunismo visceral, ou seja, baseado numa oposição global ao comunismo e não na adesão positiva a valores autonomamente escolhidos); foi definido por outros como ‘ideologia da burguesia em crise’ (isto é, como fórmula política de saída, quando as fórmulas tradicionais se revelaram ineficazes no controle das tensões sociais). Mas Togliatti é ainda mais explícito quando escreve que ser anticomunista ‘significa[...] dividir categoricamente a humanidade em dois campos e considerar... o dos comunistas[...] como o campo daqueles que já não são homens, por haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana’. (BONET, 2004, p. 34 *apud* CAVALCANTE NETO, 2013, p. 44).

A construção discursiva foi peça-chave para os governos ditatoriais a partir dos anos 1930 em diante, marcados pelo crescimento da beligerância na Europa com o surgimento dos regimes nacional-socialistas na Alemanha e da experiência do socialismo nas Repúblicas Soviéticas, o que resultou em uma crescente polarização na política internacional nos anos seguintes, compondo o quadro da Guerra Fria. O anticomunismo manifestou-se por meio de um conjunto de práticas, desde as mais severas ações opinativas e repressivas do discurso anticomunista, a intensa propaganda, passando pela pregação religiosa e estratégias utilizadas no campo educacional, com o objetivo de inculcar no imaginário social a ameaça do “perigo vermelho”. No tocante a essa perspectiva de anticomunismo, Rodeghero (2002) faz a seguinte abordagem:

O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. (RODEGHERO, 2002, p. 464).

Desse modo, as instituições como a Igreja Católica, o Exército e órgãos da imprensa faziam dessas manifestações para construção da sua própria identidade e garantia seus “espaços nas disputas político-ideológicas de uma época, ou como certos governos buscavam legitimidade ao utilizar o ‘perigo vermelho’ como ameaça que lhes cabe enfrentar em nome da sociedade como um todo” (RODEGHERO, 2002, p. 464).

Nos anos entre 1930 e 1940, os jornais católicos tornaram-se um espaço de visibilidade e rico em informação, no que diz respeito à propagação política contra o comunismo, o objetivo era construir uma “narrativa carregada de estereótipos, sob a égide da conspiração” (ADÁO, 2017, p. 93). E a partir disso, os que acolheram o discurso anticomunista iniciaram ao combate do “diabo vermelho”, “integrando os propósitos de unificação e consolidação de valores e opiniões junto a um Estado nacional” (ADÁO, 2017, p. 93).

Dessa maneira, a instituição eclesiástica se utilizou de várias estratégias para combater o comunismo e espalhar o discurso anticomunista no País. E com a imprensa, ela propagou a ameaça comunista recheando os jornais católicos, os programas de rádio, as escolas, os seminários e outras instâncias utilizavam dos trabalhos das entidades, tais como a Liga Eleitoral Católica (LEC) e os Círculos Operários (COs) como tema principal transformando o assunto em um pecado capital, o mal dos séculos, o que fazia com que a população reunisse e rezasse contra esse perigo. Rodeghero (2002), em seu artigo, discorre sobre esse fato:

Uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir

da infraestrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Era veiculadas através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Transformou-se em tema para os sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo. (RODEGHERO, 2002, p. 466).

Em matéria publicada no jornal “A Cruz”, em 31 de agosto de 1930, pelo escritor Severino Queirós, intitulada “O grande perigo”, o periódico procurou demonstrar para os leitores o grande perigo do comunismo russo que poderia se espalhar pelos estados brasileiros. Segundo a matéria, por consequência dessa ideologia, o povo russo vivia em uma desordem e criminalidade, e como propósito expansionista, estaria estendendo seus princípios para o Brasil, pelas ações do então político e líder comunista Luís Carlos Preste:

Enquanto isso se vai passando, o comunismo, o grande perigo, que desgraçou o povo russo metido até hoje na voragem da desordem e do crime, tenta, como desassombro de estalejar, estender os seus perigosíssimos tentáculos para os quadrantes do Brasil. Não viu? O senhor Luís Carlos Preste, o revolucionário impenitente o exímio andarilho, pois que percorreu o nosso país de norte ao sul e de leste a oeste, passou-se para o comunismo, que é para ele como que um céu aberto a nos convidar para o gozo da bem-aventura. De lá do exílio de Buenos Aires, manda-nos os seus engraçados manifestos, escritos de ordem da Terceira Internacional de Moscou, ditados pelo terrível camarada Stalin. E esses manifestos, embaixadores dos nossos operários, que não se deixam arrastar, assim para o grande perigo, teem sido publicados em jornais da Capital Federal e da Pauliceia, se bem rodeados de comentários desfavoráveis a infernal doutrina, infelizmente oposta a índole do povo brasileiro. Contudo, esses jornais não deveriam dar guarida aos manifestos perigosos do comunista Luís Carlos Preste, porque a simples publicação dessas falas produz um mal, que o governo dificilmente poderá acabar. Esses órgãos de publicidade estão, desta maneira, facilitando a propaganda comunista, que talvez tenha sido a origem dos últimos conflitos havidos em vários pontos do país. (Jornal A Cruz, 1930, ed. 00939, p.2-3).

O político Luiz Carlos Prestes lutava contra o imperialismo, fascismo e o autoritarismo, e por essa razão foi uma figura de grande destaque no Brasil. À vista disso, os manifestos feitos por ele no exílio e publicadas em jornais não católicos foram duramente criticados pelos jornais católicos. A exemplo dessa matéria que afirmava que essas notícias de cunho comunista deveriam ser retiradas, pois temiam que as falas do Preste poderiam produzir um mal ao País que nem mesmo o Estado poderia modificar.

Nesse sentido, podemos perceber por meio dessa matéria a preocupação que existia por parte da imprensa católica da conspiração vermelha e posteriormente de movimentos revolucionários que eles poderiam aderir, e isso fez que a imprensa (incluindo a católica) alimentasse um discurso anticomunista cada vez mais forte. A articulação dos movimentos comunistas pelo País possibilitou às organizações católicas viabilizarem campanhas de combate a essa ideologia e, mesmo diante de certa apatia da imprensa nacional, a imprensa católica enfrentou esse desafio em nome de Deus, da fé e principalmente pela ordem e paz social.

As publicações de notícias jornalísticas sobre o comunismo dentro da imprensa “A Cruz”, eram voltados para uma narrativa de desmoralização colocando ênfase que o comunismo era uma balbúrdia que acabaria com a paz e o progresso social, externando o quanto esse sistema era condenado pela Igreja Católica.

No ano de 1932, o desembargador João Carlos Pereira Leite recebeu o jornal “A Cruz” com narrativas propositalmente anticomunistas. Uma delas foi publicada em 07 de agosto de 1932 denominada “Comunicado”, em que o jornalista e político externou todo o seu repúdio contra o comunismo:

O comunismo, como os bolchevista e atheus o entendem, é uma perfeita utopia completamente irrealizável na pratica. Pode-se mesmo, sem receio de errar, dizer que não passa de uma ideologia inteiramente divorciada da boa razão, daquella que é servida por uma mens sana in corpore sano. Uma ideologia louca que se perde por entre as dobras insondáveis de uma imaginação desvairada, de que tem resultado essa diabólica phantasia, essa balburdia, esse verdadeiro pandemônio social, em que se debate a Rússia soviética, outrora grande e prospera nação mesmo sob o governo de uma monarchia absoluta e despótica. É fructo de uma concepção satânica, que nem mesmo o próprio satanaz, que o inoculou no espirito de seus inventores, Marx e Lenine seria capaz de tirar delle na pratica senão irreparáveis desgraças para a humanidade inteira, muito ao contrário da felicidade illusoria que os seus fanáticos pregadores promettem. E mesmo no regaço da Igreja catholica e somente nella é que se encontra na pratica o único communismo razoável, pregado e ensinado pelo seu divino Fundador, sob a base segura de uma perfeita caridade. As lapidares expressões consignadas pelo Santo Padre Pio XI na sua notável Encyclica – ‘Quadragesimo anno’ nos dizem que: A abolição da prioridade individual não traria a fé a cidade, mas sim a extrema desgraça para o operário. O quadro representa os dois fatos importantes: que o bolchevismo é um perigo eminente e temível para toda humanidade civilizada e que este monstro por fim de contas só pode ser vencido pela Religião. Deste modo é ao mesmo tempo aviso e conselho. (Jornal A Cruz, 1932, ed 01055, p.3).

Para Pereira Leite, o comunismo não passava de uma utopia nefasta, completamente inexecutável na prática. Além disso, era uma ideologia louca, que só trazia desordem, balbúrdia, uma verdadeira confusão social. Sob esse prisma, Pereira Leite atribuiu ao comunismo a condição de monstruosidade satânica, de incivilidade e até mesmo de insanidade da ideologia política.

O comunismo era enfrentado como um grande desafio ao catolicismo, visto que a ideologia comunista desafiava a sobrevivência da religião e também era considerado como um perigo iminente à própria sociedade mato-grossense. Caberia aos católicos lutarem contra esses bárbaros modernos que ameaçavam destruir a civilização ocidental.

O anticomunismo católico encontrou no espaço jornalístico o lugar de reprodução. As impressas católicas produziram e reproduziram narrativas caracterizando o comunismo a partir dos princípios cristãos. Os intelectuais católicos e as autoridades eclesiásticas trouxeram o tema comunismo com intensidade nos impressos, utilizando o espaço com objetivo de combater o “inimigo vermelho”. Nesse sentido, Rebouças (2013) nos diz:

O anticomunismo, de vertente católica, encontrou no discurso jornalístico seu lugar de circulação. No âmbito da imprensa, foram produzidas e reproduzidas narrativas em torno dos ideais comunistas, em um esforço sistemático de caracterizá-los como conteúdo ‘revolucionário’ e ‘subversivo’ aos desígnios da doutrina cristã. Enunciado como o outro, avesso e contrapondo-se a tudo que pertencesse aos ditames da Igreja Católica, o discurso anticomunista foi subsidiado, em grande medida, pela retórica dos intelectuais católicos que alçados nas determinações e discussões presentes nos documentos eclesiásticos, utilizaram-se do espaço da imprensa para ‘diabolizar’ o inimigo, apresentando o comunismo como um flagelo satânico, e ao mesmo tempo glorificando o pensamento da Santa Sé em suas páginas. (REBOUÇAS, 2013, p. 3).

No jornal “A Cruz” encontramos várias matérias anticomunistas, a exemplo da notícia publicada em 06 de maio de 1934 intitulada como “Três espécies de comunistas”. Nesse artigo escrito pela redação do jornal católico, tem a classificação das três categorias de comunista, sendo considerado a primeira a “espécie são os operários, que sinceramente acreditam no systema e pensam que lhes dará melhor vida. Merecem compaixão e nossos melhores cuidados” (Jornal A Cruz, 1934, ed 01131, p. 2).

Por se tratar de um jornal católico, os seus integrantes seguiam as doutrinas da Santa Sé e assim compreendiam que para o catolicismo o comunismo era uma doutrina maligna, que só instigaria o ódio e a ambição no operariado. Além disso, a Igreja Católica repudiava mais ainda esse sistema por ter um discurso anticlerical, anticapitalista mediante a luta de classes, a negação do direito de propriedade particular e o fim da desigualdade social e econômica.

Aos olhos da hierarquia eclesiástica, essas propostas eram bem vista pelos operários, mas era apenas uma ilusão “tendo em vista se tratar de uma pretensão antinatural e, portanto, contrária às leis divinas” (ALLAN, 2015, p. 72) e por causa disso, estavam como primeiros da categoria de comunista. No entanto, ainda assim, segundo a passagem, esses operários mereciam compaixão, visto que caberia ao Estado solucionar a desordem, evitando que as greves feitas pelos operários causassem prejuízos e ocasionassem violências e tumultos colocando em risco a ordem e paz da sociedade.

Para a Igreja Católica, o alvo do comunismo eram os trabalhadores, especificamente os operários, e por essa razão havia uma maior preocupação do “catolicismo com o bem-estar

social dos trabalhadores e, por consequência, o incentivo ao desenvolvimento das corporações cristãs como forma de enfraquecer o poder de influência comunista. (BETT, 2010, p. 18).

A segunda classificação diz respeito às pessoas consideradas desprezíveis que só produziam balbúrdias e desordens sob a bandeira do comunismo seria “a escória da rua, usada pelo comunismo para acobertar crimes. São os que, sob a bandeira do comunismo, praticam atentados, saqueiam e assaltam, na esperança de serem menos rigorosamente punidos, como acusados políticos” (Jornal A Cruz, 1934, ed 01131, p. 2).

No viés católico, podemos considerar que o discurso anticomunista era demarcado por meio dos jornais, encíclicas, discursos como uma “imagem de terror e medo contra qualquer propositura que ameaçasse a ordem social vigente” (ADÃO, 2017, p. 23). Em vista disso, por meio do discurso anticomunista se “identificava um opositor generalista, sendo qualquer cidadão “subversivo” que contrariasse a constituição de uma sociedade assinalada pelo conservadorismo” (ADÃO, 2017, p. 23). E assim, como instância de fé dogmática e instituição catequista, a Igreja louvava o governo honesto, a lei e a ordem, a família cristã harmoniosa, os costumes tradicionais e outros princípios similares, se opondo ao que entendia e propagava como desordens, valores subvertidos, anarquia, atos anticlericais e a barbárie, atribuídos ao mundo comunista.

Completando a categorização elaborada pelo Jornal “A Cruz”, sobre os militantes e/ou simpatizantes do ideário comunista em Mato Grosso, a matéria jornalística em referência nos diz:

A terceira classe são os assim chamados intelectuaes, que arditosamente se escondeu atrás dos fanáticos, afim de se subtrahirem ás mãos da polícia. Estes carregam a plena responsabilidade das duas primeiras classes e de todos os males feitos por ellas, e não merecem clemencia, ao contrário, todo o rigor da lei. (Jornal A Cruz, 1934, ed 01131, p. 2).

Como está claramente prescrito nos termos do discurso, a matéria anterior desqualifica os intelectuais defensores e/ou simpatizantes do comunismo e atribui a esses a condição de fanáticos enganadores e os responsabilizam por todas as “desordens” políticas, sociais e culturais que estariam sendo disseminadas em todo o Estado. Em função disso, as autoridades competentes (governamentais e outras mais) deveriam encará-los e puni-los com o “rigor da lei”, pois não “mereciam clemência” de quem quer que fosse. Esse Editorial, com o viés político-religioso católico, muito ajudava a produzir nas populações um medo dos comunistas e do comunismo como se fosse uma maldição que se abatia em Mato Grosso, mas que devia ser vigiada e extirpada para o bem de todos.

Essa formulação de que o comunismo seria um inimigo absoluto, especialmente para a Igreja Católica, fez com que discurso anticomunista pregado pelos religiosos não se restringisse apenas no campo interno da Igreja, com as missas nas homilias. Mas, feitos “nos momentos críticos, em que os líderes religiosos usaram seu prestígio e força política para atingir a população

através de outros meios, ocupando espaços sociais externos à igreja” (MOTTA, 2000, p.45). Para a Igreja Católica, o comunismo era visto como um elemento que poderia contribuir na redução da importância das instituições religiosas na sociedade, pois se constituía em uma doutrina que contradizia os princípios básicos do catolicismo. Nesse sentido, Rodrigo Patto Sá Motta (2000) destaca que:

A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família¹³; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (MOTTA, 2000, p. 38).

Na década de 1930, o governo vigente buscou de toda forma esfriar o crescimento do domínio intelectual, sobretudo os destoantes do varguismo. Como nos traz o autor Motta (2000), foi a partir do ano de 1930 que as mudanças “trazidas pelo movimento “revolucionário” liderado por Getúlio Vargas, contribuíram para que o comunismo passasse a ser visto cada vez mais como um perigo interno, digno da atenção cuidadosa das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem” (MOTTA, 2000, p. 24).

Com foco nas organizações trabalhistas, “o PCB, por uma orientação do VI Congresso da Internacional Comunista a todos os partidos bolcheviques no mundo, adotou uma linha de proletarização” (ARAÚJO, 2009, p. 78). Foi no ano de 1934, que no Brasil esse quadro veio a se “reverter começando a se articular frentes antifascistas e antiimperialistas no seio da sociedade brasileira, refletindo o processo em curso na Europa, no auge das campanhas antifascistas” (ARAÚJO, 2009, p. 78). Desse modo, os intelectuais, socialistas e anarquistas se juntaram ao Partido Comunista do Brasil, sendo este a principal força esquerdista no país. Portanto, toda essa condenação dos intelectuais que transparece na notícia, pode ser pensada como uma ressonância dos acontecimentos de 1934 marcados por uma grande quantidade de protestos⁶. O alinhamento entre Estado e Igreja Católica ganhava uma força política extraordinária capaz de garantir a manutenção da ordem e demarcar uma repulsa a qualquer movimento revolucionário.

⁶ O ano de 1934 foi marcado por uma avalanche de protestos: greves operárias em várias cidades do país, insatisfação da sociedade com o resultado da revolução de 1930, repressão policial a movimentos antifascistas e antiimperialistas. (ARAÚJO, 2009, p. 79).

Vale ressaltar que para o Estado e a Igreja Católica, a Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁷ que tinha em suas fileiras vários militares do movimento tenentista da década de 1920, junto com democratas, socialistas e comunistas representava o grupo político que agregava as forças opositoras e/ou comunismo nos combates institucionais. Como resposta à dissolução da ANL, seus integrantes organizaram o que ficou conhecido como Intentona Comunista, mas logo foi contida pelo Exército Brasileiro. E a partir daí Vargas decreta que o País passava por perigo interno e externo e inicia uma forte repressão não só contra os comunistas, mas para todos os considerados opositores ao governo. Segundo a autora Leirias (2016):

Depois do Levante Comunista, a Igreja, com a permissão do Estado, passou a ser a porta-voz doutrinária e ponta de lança de posições políticas e sociais. O Levante Comunista de 1935 se apresenta como um marco referencial da produção anticomunista, pois o Levante se torna o parâmetro para a justificativa de tomadas de posições políticas com o intuito de prevenção contra o ‘mal’ advindo do comunismo. (LEIRIAS, 2016, p. 130).

Após o Levante Comunista de 1935, tanto a Igreja quanto o Estado brasileiro intensificaram os discursos anticomunistas no Brasil. O jornal “A Cruz”, como vários outros jornais católicos espalhados pelo País, produziu e circulou notícias não só tratando o comunismo como uma ameaça, mas como uma ideologia que o povo brasileiro deveria combater com veemência. Como manchete do dia 22 de dezembro de 1935, com o título “Caveant...”, escrito pela redação do Jornal “A Cruz”, circulou uma notícia sobre o enfrentamento ao comunismo e as medidas que o País deveria aderir:

Os piores communistas não são esses que alarde a sua profissão de fé e, por ingenuidade ou falta de certo controle mental, vivem a gargantear o culto pela ideologia moscovita e pelo Cavaleiro da Esperança, que a encara no Brasil. Esses são tão arrojados nas ofensivas, como ao depois, expeditos e sumários na retirada e quando, em boa hora, o Governo entende reprimir o extremismo vermelho, já não são communistas... Para contrapor aos - já era - das adesões fáceis no dia da vitória, eles formam o - já fui - da hora amarga do infortúnio, em que, desassombrados, largam na primeira curva da estrada os seus camaradas e os “jotas” que os acompanham. Os verdadeiros communistas, os perigos, aqueles que precisam de ser também acompanhados pela polícia, para que, no momento preciso, se lhes ponha a mão - são os caldos, mas que agem, são os sapadores, que trabalham na sombra, são os camufles que tem, como Jano, duas caras, muitas vezes até uma cara de capitalista ou burguês, para uso externo, e outra de bolchevista, para as horas que lhes convenha demonstrá-la. Pois se nós temos até mangabeiras, donos de arranha-céus, escorredores da pobreza, moloch de ouro, que fazem communismo na intimidade, suppondo assim, talvez, salvar-se e a sua bagagem, na hora do

⁷ Organização política que reunia intelectuais e militares, socialistas e comunistas descontentes com o governo de Getúlio Vargas, para combater o fascismo europeu, o imperialismo e o integralismo brasileiro. Esse último movimento era organizado e praticado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), que compunha a base de apoio do então presidente Getúlio Vargas. Entretanto, as ações dos aliancistas duram apenas 03 anos (1932-1935), quando o próprio Vargas a torna ilegal com base na Lei de Segurança Nacional da época.

anunciado naufrágio. Com esses, também, é preciso muito cuidado são, talvez, por sua duplicidade, os piores comunistas que pretendem ficar sempre bem, na aventura ou na desventura dos outros. Caveant Consules... (jornal A Cruz, 1935, ed. 01213, p. 1).

A Igreja Católica com o papel de orientadora dos cidadãos, tanto religiosa quanto moral, externava como os comunistas representavam um perigo social para os brasileiros. E a partir daí falar sobre esse “mal” que estava infiltrando no País, não “seria mais tratado de ‘assunto exótico’, pois os episódios marcaram o ingresso do tema na ordem do dia. Aprofundando um pouco mais o olhar em direção ao fenômeno comunista” (PEREIRA, 2015, p. 290).

O discurso anticomunista católico foi intensificado no ano de 1935 e começou a ser relacionado “ao grande perigo e desordem que procederia da União Soviética e que teria passado a adentrar em vários setores da sociedade e, esse era o perigo que rondaria através de instituições como o Rotary, a Maçonaria, os Sindicatos, os Partidos Políticos e as instituições escolares” (LEIRIAS, 2016, p. 85).

Os discursos anticomunistas produzidos pelo jornal “A Cruz”, por grupos cristãos e autoridades eclesásticas, nos possibilita compreender a preocupação que a Igreja Católica tinha com relação ao comunismo. Haja vista, que o posicionamento do editorial com relação ao comunismo sempre foi de repulsa, sempre o considerando como perigo iminente que causaria a destruição moral e religiosa da sociedade. Com o advento do Levante Comunista de 1935, os artigos feitos pelo jornal era passar uma imagem que revelava o comunismo como o inimigo incontestável que deveria ser combatido, pois essa ideologia soviética alastrava ideias e atitudes “perigosas”, que por essa razão os cuiabanos e outros mato-grossenses deveriam ter cuidado e se distanciarem dos possíveis militantes danosos.

Considerações Finais

No Brasil, desde a década de 1920, as ideias comunistas têm representado certo “pavor político” para os segmentos conservadores e, por isso, têm passado por enfrentamentos e confrontos, seja por parte de grupos políticos legalmente constituídos ou por ações institucionais que deliberadamente eram e continuam sendo combativas desse ideário. Dentre as instituições, a Igreja Católica, especialmente os segmentos mais conservadores, junto com organizações político-partidárias e outras, sempre se empenharam na desqualificação ideológica e moral de seus militantes e/ou simpatizantes em quase um século de história da República.

Durante esse tempo, a imprensa tem sido um dos canais de veiculação mais usados e com certa eficiência nos combates contra a disseminação do comunismo e contra os comunistas em todo o país. Nesse caso, a imprensa católica ganhava um destaque especial pelo alcance dogmático e cultural da fé cristã e, sobretudo, pela aliança estabelecida com o Estado brasileiro. Assim, as publicações produzidas e veiculadas pelo Jornal “A Cruz” (vinculado à Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso) ganhava muita força no combate anticomunista, uma

vez que o doutrinamento apostólico romano já era enraizado nas populações, o que produzia (e produz) concepções psicossociais sobre o comunismo equiparado ao imaginário do inferno. Assim, tanto as pregações nos rituais litúrgicos e nos ensinamentos da catequese para os adolescentes, como as leituras dos Editoriais do Jornal disseminavam que o “perigo vermelho” ameaçava a ordem social, moral, familiar e religiosa. Portanto, os combates anticomunistas deveriam ser praticados insistentemente por todos os cristãos para ser garantida a sobrevivência da religião católica no mundo.

Podemos observar também que existia um medo por parte da Igreja Católica de perder espaço social e cultural dos seus fiéis, e dessa maneira com a circulação dos discursos anticomunistas o catolicismo conseguia controlar a sociedade de fiéis como uma parceira do Estado. Assim, se explica o combate a essa ideologia antes que ela destruísse os dogmas e os princípios orientada pelas encíclicas, cartas pastorais, boletins, jornais e outros meios administrados pelas autoridades clericais publicados na imprensa escrita, rádios e homilias. e várias matérias jornalísticas foram produzidas.

O exercício deste artigo é refletir sobre o modo como a Igreja Católica utilizou a imprensa para propagar a ameaça comunista, não esquecendo de observar que jornais católicos, programas de rádio, práticas escolares e os seminários também atuaram em transformar o comunismo em um pecado capital – o mal dos séculos. Ainda é relevante considerar a atuação de órgãos como a Liga Eleitoral Católica (LEC) e os Círculos Operários, em operacionalizar discursos gerando práticas como, por exemplo, a reunião de grupos católicos para rezarem de forma comunitária contra o iminente “perigo vermelho”. No imaginário social, o comunismo representava um terrível medo político e religioso

Esperamos, então, que essa abordagem possa contribuir para os estudos sobre o tema anticomunismo e sua relação com o catolicismo, abrindo mais discussões sobre a temática trazendo à tona as articulações e estratégias que a Igreja Católica desenvolveu para combater as ideias comunistas tratadas pela hierarquia eclesiástica como uma ameaça aterrorizante para os brasileiros.

Referências

ADÃO, Rafael. **Anticomunismo e suas construções mitológicas na imprensa político-religiosa de Cuiabá (1930 – 1945)**. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2017. Disponível: <https://ri.ufmt.br/handle/1/1402>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ADÃO, Rafael. Os discursos integralista e anticomunista em Mato Grosso nas décadas de 1930-1940: uma análise do jornal a cruz. V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA “REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO”. **Anais...** ISSN 2177-9503 10 a 13/09/2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v1_rafael_GIX.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

ADÃO, Rafael. Contra a degeneração da moralidade cristã: Anticomunismo na imprensa religiosa de Cuiabá-MT (1930-1945). **Revista Outras Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 56-83, 2020. Disponível em: <http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/373>. Acesso em: 06 maio 2021.

ARAÚJO, Nelson Silva. **O Traidor Vermelho: O Jornal e o discurso anticomunista 1935-1937**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=1537. Acesso em: 22 abr. 2021

ALLAN, Nasser Ahmad. **Deus, Diabo e Trabalho: doutrina social católica, anticomunismo e cultura jurídica trabalhista brasileira (1910-1945)**. 251 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40320>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BETT, Ianko. **A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

CANOVA, Loiva; OLIVEIRA, Jhuan Cláudio Matos de. Nas linhas dos jornais: discursos e moralidades. **Revista História e Diversidade**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/edicoes/3edicao/artigos/6_loiva_canova_e_jhuan_claudio_matos_de_oliveira.pdf. Acesso em: 07 jun. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)**. 274f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11591>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **A CRUZ**, Órgão da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso. Cuiabá/MT; 1930-1935.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. Tese (Doutorado História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015. Disponível em: <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629>. Acesso em: 22 maio 2021.

LEIRIAS, Daniela Araújo. **Louvido seja Santíssimo Sacramento: o anticomunismo católico e a formação da identidade e da especialidade norte-rio-grandense (1934-1937)**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21905>. Acesso em: 02 abr. 2021

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2.ed.São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Dayana Medeiros. O uso de jornais como recurso didático no ensino de História sobre a Balaiada. **Anpuh-Brasil 30º Simpósio Nacional de História**. Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565632773_ARQUIVO_Trabalhocompleto-DayanaMedeirosLuz.pdf Acesso em: 08 maio 2021.

OLIVEIRA, Daniel Freitas de. **O jornal A Cruz: imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910-1924)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

REBOUÇAS, Mícarla Natana Lopes; FALCÃO, M. L. Por amor a ordem: o anticomunismo católico no Rio Grande do Norte (1935-1937). XXVII Simpósio Nacional de História–Conhecimento Histórico e Diálogo Social. **Anais...** Natal–RN, v. 22. Disponível em; http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1408383077_ARQUIVO_MICARLA.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n.44, p. 463-488. 2002. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/nures/article/view/7355/5351>. Acesso em: 03 maio 2021.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima Revista. O anticomunismo católico em cena. Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP ISSN 1981-156X. **Nures**, n. 11, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures>. Acesso em: 07 maio 2021

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. A revista A Ordem e o “flagelo comunista”: na fronteira entre as esferas política, intelectual e religiosa. **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 69, p. 279-300, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882015000100279&script=sci_arttext Acesso em: 25 fev. 2021.